



Questão 5) Nas ciências sociais é possível distinguir duas importantes perspectivas teóricas relacionados ao tratamento dos conceitos de poder, política e Estado: a weberiana e a marxista.

O ponto de partida dos autores afilhados à perspectiva weberiana é a ideia de que a ~~política~~ ^{política} pode ser entendida como a luta por participar do poder ou influenciar sua repartição seja entre grupos de pessoas dentro de um Estado, entre Estados ou no interior do próprio Estado. Nesse sentido, os atores políticos têm como principal motivação para agir a obtenção de poder. Mas o que seria o poder? Segundo Max Weber, o poder é a probabilidade de impor sua própria vontade, mesmo contra a vontade dos demais, isto é, é a chance de ser obedecido ~~à~~ ^{em} vez da vontade alheia.

Da perspectiva weberiana, um problema que se coloca imediatamente é o da legitimidade da exercício do poder. Se em um primeiro momento parece óbvio que a violência é um mecanismo eficiente para lograr obediência, logo a manutenção do poder exige novas formas de compliance. Como ~~garantir~~ ^{garantir} que o poder perdure no tempo, se estabilize permitindo formas de organização política mais estáveis? Weber identifica três formas de dominação legítima, ou três tipos-ideias: a tradicional, baseada em costumes; a carismática, fundada na liderança personalista e a racional-legal; ancorada numa ordem jurídico-legal ou sistema de leis.

Nas sociedades modernas, a forma predominante de dominação é a racional-legal expressa pela organização política ^{representativa} ~~eleitoral~~ pelo Estado de Direito, em que um código de leis (a Constituição, por exemplo) é usado como norma e referência para a convivência social. É o Estado que tem o monopólio legítimo da ~~força~~ ^{força} em determinado território. ~~Não~~ ~~se~~ considerando que o Estado ^{nação} ~~está~~ no final da Idade Média ^{na Europa} como resultado de um processo histórico que culminou com concentração política do poder nas mãos do soberano, como o demonstra o sociólogo Charles Tilly, é possível inferir que não obrigatoriamente o Estado de Direito será (ou foi) um guardião dos direitos de =>

Todos os cidadãos. ~~De~~ da perspectiva marxista, a política pode ser entendida como relações sociais conflitivas que se estabelecem entre classes sociais antagônicas. Partindo do princípio de que o motor das transformações sociais é a luta de classes, o poder político ~~é~~ entendido como a capacidade que uma classe, a dominante, tem de obter não apenas obediência, mas apropriar-se dos frutos do trabalho realizado pela classe dominada, que é obrigada a vender sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

Para ~~os~~ intelectuais marxistas ^{como Nicos Poulantzas} o Estado seria o aparelho de dominação dos proprietários dos meios de produção. É através do Estado e do ordenamento jurídico que dele emana, que a burguesia pode exercer de modo mais eficiente seu domínio político, econômico e ideológico.

Embora partam de pontos distintos — ação social individual e ação social, respectivamente — ambas as abordagens teóricas continuam a influenciar as formas como os cientistas políticos pensam os problemas contemporâneos.

Questão 2) ~~De acordo com~~ ~~o~~ A crise da democracia no Brasil contemporâneo pode ser analisada a partir das duas perspectivas teóricas propostas na resposta da questão 1. O crescente problema de instabilidade política que teve início em 2014, com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, culminou com a ruptura institucional em agosto de 2016 e a aprovação do pedido de afastamento baseado em supostas ilegalidades contábeis deve ser entendido como um processo político em que os atores envolvidos disputavam poder.

Da perspectiva ~~weberiana~~ weberiana poderíamos aproveitar a proposição sobre os pontos de legitimidade do poder. A ruptura institucional e a introdução de um procedimento não constitucional pode ser entendido como o de suspensão do



Estado de Direito. Contudo uma interpretação é frequentemente questionada pelos atores políticos interessados e beneficiados pelas mudanças ocorridas na administração pública do país, depois da destituição de Collor e do início da perseguição política ao Partido dos Trabalhadores. Como o atual presidente, apesar de não ter sido eleito como tal, pode exercer o poder que o cargo lhe confere? Ou de onde vem a sua legitimidade? Como vimos na resposta anterior, Weber propõe três tipos-ideais de dominação que podem ou não ocorrer simultaneamente. Se analisarmos o caso do atual presidente e os partidos que lhe apoiam (MDB, DEM e PSDB especialmente) podemos perceber que Michel Temer não se encaixa no perfil de líder carismático, tem baixo poder de persuasão e sua aprovação é uma das menores de toda história ~~presidencialista~~ do presidencialismo brasileiro; também seu poder não é legitimado pelo costume ou tradições. Contudo, a ordem legal lhe confere direitos originados do exercício do cargo de presidente. Nesse sentido, a interpretação de que a fonte de legitimidade do poder de Temer é racional-legal pode ser contestada, na medida em que o exercício do cargo e o direito do atual presidente exercê-lo é, em si, ilegítimo. Isto é, trata-se de um processo ilegal de impeachment conduzido de forma interrompida e parcial, contrário ao Estado de Direito.

No que se refere ainda ao ponto que a perspectiva weberiana pode dar à nossa compreensão da crise, não deve nos surpreender que diante da ilegitimidade do atual governo, o método escolhido ~~para~~ para implementar uma ~~longa~~ agenda de reformas não populares seja o recrudescimento da violência estatal contra trabalhadores, representantes de movimentos sociais e até polícias no carnaval (que encerra com o anúncio de uma intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro).*

Por outro lado, desde a perspectiva marxista, é possível

* na ausência de legitimidade, resta o recurso à violência (monopólio do Estado)



*por autores marxistas ##wqrem

refletir sobre o Estado como locus de disputa das diversas traças de classe. Se uma leitura apressada da abordagem desenvolvida* pode nos levar a pensar que o Estado é, a princípio e por definição, cooptado pelas ~~classe~~ classe capitalista ~~ou~~ proprietária dos meios de produção, as reflexões de autores como Antonio Gramsci e o próprio Poulantzas (já mencionado)* sobre o bloco histórico e o bloco de poder e as disputas internas a ~~esses~~ ^{estes} blocos ^{nos mostram} que podem ocorrer ~~de~~ a crises orgânicas ^{que} abrem espaços para grandes mudanças políticas no interior da estrutura de poder representada pelo governo eleito (em um regime democrático). Deste modo, seria possível analisar a posição de vários setores das classes dominantes como o setor financeiro, da agroindústria, da indústria, etc; como tendo conflitos em função da insatisfação relativa com o programa do governo eleito. As relações dinâmicas entre os vários grupos que compõem transitóriamente o bloco de poder que se reuniu em torno da candidatura de Wladimir Silva em 2003, numa aliança conservadora disposta a fazer concessões ao fator trabalho, que acompanhou Dilma em sua primeira eleição, se desfaçem. A transformação da composição do bloco de poder se deu em função das mudanças nas condições objetivas sob o impacto da crise financeira de 2008, que revertiu os fluxos de capital internacional e inviabilizou um programa de governo fiscalmente expansivo, assim como fez revalorar o interesse das classes dominantes na defesa de uma agenda comum mais conservadora e antipopular.

Quando de acordo com a perspectiva marxista, o Estado teria sido tomado pelos grupos políticos (não apenas representantes parlamentares, mas aqueles grupos vinculados ao poder econômico) que o estavam instrumentalizando (mobilizando burocracias e ocupando cargos-chave da administração pública) para garantir a reprodução social da burguesia



Não se democratiza a política representativa, nesse sentido, resta desvelada a descoberta, já que as classes dominantes em momentos de crise de poder, ~~se~~ ^{*} seriam autoritárias e inconstitucionais.

* estariam propensas a desportar a utilizarem

Questão 3)

Plano de aula 1 - Módulo Poder, Política e Estado (4 aulas)

~~Conteúdo~~ 1º ano ensino médio

Tema: conceitos básicos da ciência política

Duração: 45 minutos

Recorte temático: A aula tem como objetivo apresentar ao aluno as questões colocadas pelos pensadores políticos clássicos antes da constituição do campo de produção de conhecimento específico da ciência política. É uma aula de introdução aos conceitos de poder, política e Estado que se baseia na contextualização histórica.

Metodologia: Aula invertida. a professora disponibilizará com 1 semana de antecedência um vídeo introdutório (cerca de 10 min) em ambiente virtual (moodle).

propostas ~~de~~ o encontro presencial será interativo a professora ~~propostas~~ questões disparadoras para estimular a reflexão crítica dos alunos sobre os conceitos que serão introduzidos e retomados nas três aulas seguintes.

relevância: Essa primeira aula do módulo Poder, Política e Estado deve começar por ambientar o aluno nos principais tópicos reflexivos desenvolvidos as que compõem a área da ciência política (como parte das ciências sociais). Nesse sentido, é importante contextualizar historicamente e apresentar os primeiros intelectuais (Maquiavel e os con-

Tratualistas) que de forma menos sistemática e mais ensaística inauguraram esse campo de reflexão.

Estrutura da aula:

1º momento: introdução ao tema, apresentação do módulo. Proposições de questões orientadoras: o que é poder? Quem exerce poder? Quem obedece? Como e por quê?

2º momento: pensadores clássicos da ciência política

1) Maquiavel e o Renascimento - problemas da descentralização política e a formação do Estado Nacional

2) Contratualistas: Formas prévias de pensar o Estado => "Estado de natureza" (Hobbes) em Hobbes, Locke e Rousseau

2.1) Hobbes e a questão da segurança e da guerra

2.2) Locke e o problema da liberdade e propriedade privada

2.3) Rousseau e a questão da igualdade e da vontade geral (vontade do povo)

3º momento - recapitulação dos principais pontos trabalhados e fechamento com apontamentos para aula seguinte sobre as principais abordagens teóricas sobre poder, política e estado: marxismo e weberianismo